

Auricchio tem vida política marcada por processos judiciais

Ex-prefeito de São Caetano já foi condenado por improbidade e teve ação em desfavor que lhe deixou fora do cargo por quase um ano

Wilson Guardia

A acusação da Procuradoria de São Caetano contra José Auricchio Júnior (PSD), de uso ilegal de verbas para a construção do Pronto Cardio, é apenas mais uma na vida pública do ex-prefeito. Em uma busca no site do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), na área de primeira instância, revela ao menos 20 ações envolvendo o ex-prefeito – algumas ainda em tramitação, outras extintas ou em fase de recurso.

As acusações variam e incluem casos de improbidade administrativa, danos morais, enriquecimento ilícito, responsabilidade fiscal e até a inadimplência no pagamento de impostos. No STF (Supremo Tribunal Federal) foram localizadas quatro ações já julgadas contra o ex-prefeito.

Conforme revelado pelo Diário, na mais recente, protocolada em 29 de setembro na 3ª Vara Civil de São Caetano, sobre a inauguração do Pronto Cardio com obra inacabada, a Procuradoria alega improbidade administrativa contra o pessedista. A peça acusa o ex-chefe do Executivo de ter realizado despesas não autorizadas por lei, praticado autopromoção com recursos públicos e causado prejuízos ao erário. O valor estimado da ação chega a R\$ 12,1 milhões.

Com base nas irregularidades apontadas no processo, a Procuradoria solicita à Justiça o bloqueio de bens do ex-prefeito no valor de R\$ 6,6 milhões, e suspensão dos direitos políticos por 12 anos.

Procuradoria de São Caetano entra com ação contra Auricchio

Entre as demais ações destaca-se aquela que talvez seja a mais emblemática, a que lhe custou um ano de mandato, em 2021. Auricchio foi condenado por captação ilegal de recursos durante a campanha eleitoral de 2016.

Como consequência da decisão judicial, não foi diplomado ao fim do processo eleitoral e, apesar de ter sido eleito para retornar ao cargo após um hiato de quatro anos, a chefia do Executivo municipal foi assumida temporariamente pelo então presidente da Câmara, Tite Campanella (à época filiado ao Cidadania). A poucos

dias do encerramento daquele ano, após uma intensa disputa judicial, os votos de Auricchio foram finalmente validados e pôde ser diplomado.

Entretanto, esse não foi o único revés judicial do ex-chefe de Executivo. Em 2022, o TJ-SP confirmou a condenação do ex-prefeito de São Caetano por contratar e aditar sem licitação a FGV (Fundação Getulio Vargas) nos anos de 2005 e 2006, para realizar consultoria cuja finalidade seria “promover a modernização da administração pública”. O município gastou R\$ 4,7 milhões na contratação.

Segundo a sentença, a Prefeitura desobedeceu a lei das licitações ao contratar a Fundação Getulio Vargas sem concorrência, “em afronta ao princípio da impessoalidade”. O processo legal poderia, ainda de acordo com a decisão de segunda instância, “garantir a isonomia” e a “proposta mais vantajosa para a administração”.

Anos antes, Auricchio foi multado pelo TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), quando do julgamento de licitação irregular e contrato assinados em agosto de 2008 com a empresa Ronsine Alimentos - Comércio e Serviços Ltda, para fornecimento de cestas básicas.

Procurado, Auricchio não se manifestou.

Relatório do TCE aponta irregularidades financeiras graves no governo Auricchio

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4262029/auricchio-tem-vida-politica-marcada-por-processos-judiciais>

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP

Seção: Política